COLEÇÃO

PATRIMÔNIO PARA JOVENS

CADERNO DE APOIO

AINDA MINA QUEBRADA É MAIOR QUE O MUNDO

IPHAN



Caderno de Apoio
Brasília • IPHAN • 2020

Organização
Ana Carolina Lessa Dantas
Thiago Pereira Perpétuo
Vinicius Prado Januzzi
Luís Fernando Celestino da Costa
Rodrigo Capelle Suess
Raquel Sá Rodrigues de Souza
Vanessa Nascimento Freitas
Márcia Cristina Pacito Fonseca Almeida
Paulo Moura Peters
Sônia Regina Rampim Florêncio

Autores
Ana Carolina Lessa Dantas
Vinicius Prado Januzzi

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro do Turismo
Marcelo Álvaro Antônio

Secretário Especial da Cultura
Mário Luís Frias

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Presidente
Larissa Peixoto

Diretores do Iphan
Arthur Lázaro Laudano Bregunci
Hermano Queiroz
Marcelo Brito
Raphael João Hallack Fabrino
Robson Antônio de Almeida

Superintendente do Iphan no Distrito Federal
Saulo Santos Diniz

Caderno de Apoio
Ceilândia, minha quebrada é maior que o mundo

Organização
Ana Carolina Lessa Dantas
Thiago Pereira Perpétuo
Vinicius Prado Januzzi
Luís Fernando Celestino da Costa
Rodrigo Capelle Suess
Raquel Sá Rodrigues de Souza
Vanessa Nascimento Freitas
Márcia Cristina Pacito Fonseca Almeida
Paulo Moura Peters
Sônia Regina Rampim Florêncio

Autores
Ana Carolina Lessa Dantas
Vinicius Prado Januzzi

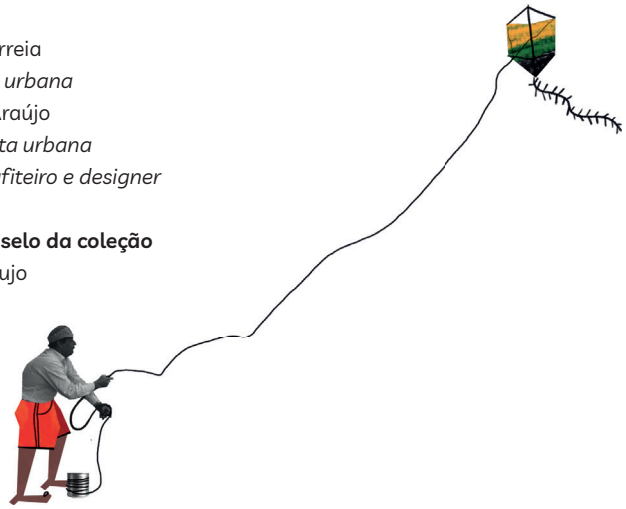
Projeto gráfico e diagramação
Rede Urbana de Ações culturais
Daniel Bruno Vieira de Melo

Direção de arte
Gleydson de Lima Araújo

Ilustrações
Antônio Luvs
Daniel Jesus
Dayana da Silva Correia
Didi Colado • *artista urbana*
Gleydson de Lima Araújo
Kelly Amorim • *artista urbana*
Róbsom Mindú • *grafiteiro e designer*

Criação gráfica do selo da coleção
Pedro Joffily de Aráujo

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
www.iphan.gov.br
publicacoes@iphan.gov.br
iphan-df@iphan.gov.br



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Aloísio Magalhães, IPHAN

D193c
Dantas, Ana Carolina Lessa.
Ceilândia, minha quebrada é maior que o mundo : caderno de apoio / Ana Carolina Lessa Dantas, Vinicius Prado Januzzi ; Organização : Ana Carolina Lessa Dantas... [et al]. – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF). – Brasília : IPHAN, 2020.
Modo de acesso: www.iphan.gov.br
ISBN: 978-65-86514-17-9
1. Patrimônio cultural – Distrito Federal.
2. Patrimônio cultural – Salvaguarda.
3. Patrimônio cultural – Ceilândia.
I. Dantas, Ana Carolina Lessa. II. Januzzi, Vinicius Prado.
CDD 363.69018

Elaborado por: Carolina Nascimento de Medeiros – CRB-1/3321

Acho que o quintal onde a gente brincou é maior do que a cidade. A gente só descobre isso depois de grande. A gente descobre que o tamanho das coisas há que ser medido pela intimidade que temos com as coisas. Há de ser como acontece com o amor. Assim, as pedrinhas do nosso quintal são sempre maiores do que as outras pedras do mundo. Justo pelo motivo da intimidade.

Manoel de Barros
em Memórias Inventadas (2006)



Sumário

6 Introdução

7 Sobre Educação Patrimonial e os Inventários Participativos

9 Sobre o Patrimônio e suas múltiplas dimensões

11 Sobre Ceilândia e suas referências

13 Sobre os conflito na cidade, no patrimônio

14 O livro, a Educação Patrimonial na SEEDF e o Currículo em Movimento do Distrito Federal

18 Atividades Sugeridas

20 Anexo 1

21 Anexo 2



Organizado pela Superintendência do Iphan no Distrito Federal em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, o livro *Ceilândia, minha quebrada é maior que o mundo*, segundo volume da Coleção Patrimônio para Jovens, foi escrito com materiais e conteúdos produzidos por estudantes da rede pública de ensino de Ceilândia. A partir dos Inventários participativos, apresentados abaixo, foi possível tanto selecionar, listar e categorizar referências culturais da cidade, quanto trabalhar noções caras ao universo conceitual do patrimônio cultural.

O objetivo deste Caderno de Apoio é auxiliar nas práticas pedagógicas dos docentes a partir de referências, atividades e debates. Algumas dessas referências foram trabalhadas diretamente com estudantes ao longo do processo de construção dos Inventários, outras são listadas como possibilidades de aprofundamento.

O material enumerado aqui não pretende esgotar as possibilidades de atividades pedagógicas inspiradas pelo livro. A experiência dos Inventários participativos provou, em Ceilândia, depender de muitas circunstâncias, seja do ambiente escolar, da própria turma ou mesmo de recursos orçamentários disponíveis. São muitas as quebradas de Ceilândia, são muitos os modos de conhecê-la.

Com o próprio título do livro, procurou-se expressar o caráter de **pertencimento** desses estudantes em relação à Ceilândia, ao mesmo tempo que a multiplicidade da cidade. A inspiração veio da obra de Manoel de Barros, poeta brasileiro. Longe de representar uma ideia de isolamento, a expressão minha quebrada é maior que o mundo evidencia que a relação das pessoas, das famílias e dos grupos é tão mais rica e diversa quando envolvida pela intimidade daquilo que é próximo, daquilo que é conhecido.

Lê-se o mundo, aliás, com as experiências de uma comunidade, de uma vida compartilhada. Vive-se o mundo vivendo-se a quebrada. Ou, nas palavras do poeta, em *O apanhador de desperdícios*:

> *Dou respeito às coisas desimportantes*
> *e aos seres desimportantes*
> *Prezo insetos mais que aviões*
> *Prezo a velocidade*
> *das tartarugas mais que a dos mísseis*
> *Tenho em mim esse atraso de nascença*
> *Eu fui aparelhado*
> *para gostar de passarinhos*
> *Tenho abundância de ser feliz por isso*
> *Meu quintal é maior do que o mundo.*



Sobre Educação Patrimonial e os inventários participativos

O Iphan entende a **Educação Patrimonial** como o conjunto de processos educativos, formais ou não, que têm como objeto o patrimônio cultural socialmente apropriado. Em outras palavras, o patrimônio cultural como aquilo que vem da comunidade, que é produzido e significado pelas pessoas, pelas famílias ou pelos grupos a partir daquilo que é considerado mais relevante.

Patrimônio, claro, é uma seleção, isto significa que falar nele requer escolher algumas referências culturais dentre outras. Os **inventários participativos** são uma ferramenta desenvolvida pelo Núcleo de Educação Patrimonial do Iphan, construída tanto a partir do contato com distintos estudos e pesquisas sobre este campo, como também balizada pelas múltiplas interações e experiências tecidas com diversos segmentos da sociedade ao longo dos últimos anos, e que proporciona essa enumeração e categorização.

Diferentes perguntas podem ser usadas para iniciar a conversa sobre os inventários. Durante o processo de elaboração do livro Ceilândia, minha quebrada é maior que o mundo, por exemplo, os estudantes foram questionados:

Se você tivesse que passear com um turista por sua cidade, a que lugares você o levaria?

Se você pudesse guardar coisas de Ceilândia numa mala mágica, o que você guardaria?

Como você contaria para uma pessoa de fora o que é a Ceilândia?

A partir destes questionamentos, é possível trabalhar ideias associadas a **valor** (por que gostamos do que gostamos?) e de **seleção** (por que priorizamos essas escolhas em detrimento de outras?).

Embora organizado em fichas (vide *Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação*), estimula-se que a aplicação dos inventários seja adaptada e reformulada para o modo que melhor se adequar aos contextos e às necessidades da comunidade inventariante. Dessa forma, os registros podem ser feitos em forma de áudio, vídeo, fotografia, desenhos, etc.

O fundamental, aqui, é que os processos e resultados sejam compartilhados por todos — assim como acontece com os estudantes do livro! — para que as diferentes visões possam ser agregadas ao debate.

Alguns materiais que podem ser úteis:

Artigo *Desafios para uma nova educação patrimonial*, de Simone Scifoni. Revista Teias, v. 18, n. 48, 2017 (http://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/u5149/25231-89221-1-PB.pdf).

Artigo *Quem faz o patrimônio? Considerações sobre os Inventários participativos em Ceilândia - Distrito Federal*, de Ana Carolina Lessa Dantas e Vinicius Prado Januzzi. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 113-120, mar. 2020. ISSN 2359-2494. Disponível em: (http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/752).

Livro **Educação Patrimonial: história, conceitos e processos**. Texto de Sônia Regina Rampim Florêncio et al. Brasília: Iphan, 2014 (http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf).

Livro **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação**. Texto de Sônia Regina Rampim Florêncio et al. Brasília: Iphan, 2016 (http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf).

Livro **Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados**. Organização de Euder Barreto et al. Goiânia: ___, 2008. (https://educacaopatrimonial.files.wordpress.com/2010/08/patrimonio-cultural-e-educacao-patrimonial1.pdf).

Filme *Narradores de Javé*, de Eliane Caffé, lançado em 2004. 100 min.

Museu da Pessoa e suas metodologias de registro da memória (https://www.museudapessoa.org/pt/museu-da-pessoa).





Sobre o Patrimônio e suas múltiplas dimensões

O patrimônio cultural é, por princípio, um conjunto de **referências culturais** coletivas. São as manifestações artísticas, os lugares, as construções, os espaços que são selecionados, pela comunidade e pela coletividade, como parte de um todo maior e significativo. O patrimônio cultural, aliás, não é aquilo que o Iphan diz ser, mas é muito mais, porque é parte constitutiva da da sociedade brasileira - a Constituição, em seus artigos 215 e 216, é precisa nesse ponto.

Por muito tempo, o Estado brasileiro considerou como mais relevantes os bens de natureza **material** —as construções, os conjuntos urbanos históricos, peças artísticas, etc. Atualmente, já em uma perspectiva crítica, chamamos este período (que vai da criação do Iphan, em 1937, até o final dos anos 1990) de política da pedra e cal.

A partir de discussões internas ao órgão e de debates com os organismos internacionais - por exemplo, com a União das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) -, esse leque foi aumentando e, atualmente, já trabalham-se as múltiplas dimensões, igualmente importantes, do patrimônio cultural: **imaterial, arqueológica e natural**. O objetivo constitucional do Iphan, aliás, é trabalhá-las de modo integrado e isso tem um princípio óbvio (por mais que muitas vezes isso passe despercebido): é assim que ele surge socialmente, é assim com que a sociedade trabalha com os patrimônios no cotidiano. E não estamos, naturalmente, falando somente do Brasil, mas de todo o mundo.

A depender do contexto, é natural que surjam dúvidas ou tensões relacionadas ao que "merece" ou não ser alçado ao patamar de patrimônio cultural. Dado o histórico das políticas patrimoniais no Brasil, não é incomum que este seja compreendido como sinônimo de "prédio" ou, até, de "igreja antiga". Caso essas questões apareçam em sala de aula, pode-se aproveitar a oportunidade para iniciar um debate sobre o processo de reconhecimento e de legitimação das diferentes expressões artísticas e culturais do país (e até, quem sabe, sobre o processo de colonização do Brasil).

Além disso, algo certamente instigante a ser trabalhado é o fato de que, antes de Brasília ser a capital do Brasil e receber milhares e milhares de pessoas de todo o país, havia pessoas morando por aqui, com registros reconhecidos dessa ocupação. É o caso dos sítios arqueológicos históricos, como o da Fazenda Guariroba, ou de sítios de uma história mais antiga, de povos caçadores-coletores. O território onde se encontra o Distrito Federal não tem apenas 60 anos e a maior prova está no próprio Cerrado, bioma dos mais complexos, cuja preservação impõe não somente desafios institucionais, mas a adesão da sociedade como um todo. Cerrado, fazendas coloniais, sítios rupestres, Praça do Cidadão e repente, tudo junto e misturado numa mesma terra.

Alguns materiais que podem ser úteis:

Artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 (https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.06.2019/art_215_.asp).

Carta de Fortaleza, documento elaborado durante o Seminário *Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção*, de 1997 (http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf).

Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, Paris: UNESCO, 1972 (https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133369_por).

Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, Paris: UNESCO, 2003 (https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por).

Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural (http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural).

Livro **Arqueologia e os primeiros habitantes do Distrito Federal**. Texto de Margareth Lourdes Souza, Brasília: Iphan, 2019.

Jogo Trilha Cultural (para *smartphone*), Instituto Arte na Escola, 2016 (http://www.plataformadoletramento.org.br/acervo-jogos/1077/trilha-cultural.html).

Playlist Bens Registrados como Patrimônio Imaterial, organizada pelo Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) do Iphan (https://www.youtube.com/watch?v=ZAVid8v7mF4&list=PLPHBfbuYpe6_bJ58EkZFKnIruCH7z28Mu).





Sobre Ceilândia e suas referências

Ceilândia tem uma história de lutas desde o seu início. A cidade surgiu, como sabemos, da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), promovida pelo Governo do Distrito Federal à época. Fundada em 27 de março de 1971, sua ocupação começa muito antes, com a vinda de pessoas de todos os lugares do Brasil para a construção da nova capital do Brasil e com a decisão de muitas delas de continuar na cidade a despeito do que desejava o Estado brasileiro. Removidas, expulsas de seus lares na Cidade Livre, na Vila do IAPI, elas resistiram. E ali permaneceram.

A conquista da Caixa d'Água, hoje patrimônio do Distrito Federal, é exemplo marcante deste período e das lutas travadas pelos moradores da cidade para conquistar uma fonte de abastecimento. Lembrar que a história é feita por pessoas de carne e osso, que moldam seus espaços de vida, é um exercício de memória e de estímulo da **cidadania**, aqui compreendida como conjunto de práticas e de formas de ação que permitem a conexão entre indivíduos e grupos sociais para debater e agir sobre a vida em sociedade.

Uma atividade trabalhada ao longo dos inventários foi pedir para que os estudantes perguntassem aos seus familiares sobre suas trajetórias em Ceilândia e sobre quais lugares e manifestações julgavam importantes. Dessa atividade, feita em várias das escolas participantes, saíram muitos desenhos, poemas, redações... daí saiu, também, a inspiração para a narrativa do livro — o percurso de Margarida e Aline por Ceilândia.

A transmissão das trajetórias e das percepções pessoais não precisam ser veiculadas apenas de forma oral, contudo. **Registros** escritos e visuais são muito valiosos para a reconstituição da história da cidade e para compreender como ela chegou a ser o que é.

Os estudantes podem ser estimulados a produzir este tipo de conteúdo, de modo a retratar as múltiplas percepções que têm sobre a cidade — e que, por sua vez, serão registros para o futuro. Algumas perguntas podem dar início a essa discussão, por exemplo:

Como você teve acesso à história de Ceilândia? (a partir de que fontes?)

Como você gostaria que tal história fosse contada daqui a 10 anos?

Se você organizasse um álbum de fotos como o de Margarida, que fotos estariam lá? Quem aparece nessas fotos e onde essas pessoas estão?



Ademais, a conta do *Instagram* **@minhaquebrada_mundo**, que aparece ao final do livro, seguirá ativa por tempo indeterminado, tendo como objetivo não apenas documentar o processo de produção do livro *Ceilândia, minha quebrada é maior que o mundo*, mas também servir como indexador e agregador de conteúdos produzidos por jovens *da* cidade e *sobre* a cidade. Neste sentido, incentiva-se que os leitores e leitoras interajam com o perfil (comentando, marcando a página, usando hashtags e enviando conteúdos), que pode ser usado como suporte dentro e fora de sala de aula.

Alguns materiais que podem ser úteis:

Filme *A cidade é uma só*, de Adirley Queiroz, lançado em 2013. 79 min.

Filme *Branco sai, preto fica*, de Adirley Queiroz, lançado em 2014. 93 min.

Museu da Memória Viva de Ceilândia, organizado por Manoel Jevan, St. N Conjunto J, 11, St. N QNN 40 - Ceilândia/DF.





Sobre os conflitos na cidade, no patrimônio

O patrimônio, como foi dito, é uma seleção da coletividade das referências culturais mais relevantes, mais significativas. Ser coletiva não deve nos levar imediatamente a pensar, no entanto, que não é permeada por **conflitos** — muito pelo contrário! Uma referência de um grupo pode não ser a de outro e, por isso, são necessárias **mediações** para se construir possíveis reflexões críticas e consensos. O Iphan é uma instituição mediadora, embora não tenha como decidir, em última instância, uma questão que cabe — e sempre caberá — à sociedade como um todo.

Quando se fala de um conflito, aliás, não se fala obrigatoriamente de uma disputa física ou mesmo sem solução. Pode ser uma discordância, um mal-entendido, portanto, um campo em que o diálogo e o conhecimento são bem vindos. Se uma referência não está no meu dia a dia, mas eu entendo que ela é importante para um grupo, eu posso também compreender que é importante preservá-la e fazê-la ser conhecida para as próximas gerações.

O mesmo pode ser dito sobre a cidade e, mais especificamente, sobre Ceilândia. Procurou-se explorar essa relação de conflito nos diálogos entre Margarida e Aline sobre o grafitti — após conversarem, ambas puderam entender que as referências culturais não se anulam e constituem, em conjunto, o mosaico cultural da cidade.

Esse diálogo, se não ocorreu exatamente durante o processo de construção dos livros, foi inspirado nos conflitos relatados pelos estudantes a seus professores. Achamos que, longe de ignorá-las e jogá-las para debaixo do tapete, essas tensões entre as pessoas, os grupos e os espaços da cidade podem ser objeto de reflexão e podem gerar debates interessantes e, inclusive, maior curiosidade geral sobre o que é e o que pode ser Ceilândia.

Outro dos conflitos comuns ao longo das atividades foi entre os patrimônios de Ceilândia e os do Plano Piloto. Um dos estudantes chegou a mencionar, por exemplo, que o patrimônio é "aquilo que não posso tocar", ao se referir ao fato de que a maioria das construções que são consideradas patrimônios culturais estão no Plano. Mais uma vez, um conflito como esse enseja algumas discussões: a identidade de Ceilândia enquanto cidade; as desigualdades socioeconômicas no Distrito Federal; a história de ocupação do Distrito Federal e a construção de Brasília como nova capital brasileira; as referências culturais de Ceilândia e a diversidade cultural não apenas dela, mas das diferentes regiões administrativas, entre muitas outras, ilustradas através do poema de Drummond presente no livro.

Alguns materiais que podem ser úteis:

Filme *Conterrâneos velhos de guerra*, de Vladimir Carvalho, lançado em 1992. 143 min.
Filme R*ap, o canto da Ceilândia*, de Adirley Queiroz, lançado em 2005. 15 min.
Música *Ceilândia revanche do gueto*, de Câmbio Negro, lançada em 1995.



O livro, a Educação Patrimonial na SEEDF e o Currículo em Movimento do Distrito Federal

Desde 2016, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal vem desenvolvendo a **Educação Patrimonial**, regulamentada por meio da Portaria nº 265/2016, como uma dimensão fundamental da educação e de seus processos de ensino e aprendizagem a ser trabalhada de forma transversal e interdisciplinar. As ações realizadas nessa dimensão buscam articular os componentes curriculares, incluindo os conteúdos e os objetivos, com a vivência dos estudantes e dos professores em seus espaços e comunidades.

Um dos desafios dos processos da educação no campo do patrimônio é fortalecer nos conteúdos escolares os sentidos e os significados fundamentais da vida cotidiana, e portanto, da cultura. A partir da construção dessas relações, espera-se que os estudantes possam ser capazes de desenvolver reflexões críticas sobre si e sobre o mundo e ter uma atitude propositiva para o desenvolvimento de uma sociedade sonhada. Por isso, a aliança entre a Educação Patrimonial e o Currículo em Movimento do Distrito Federal é, sobretudo, o reconhecimento de que os saberes escolares e os conhecimentos tácitos se cruzam e se complementam.

O **Currículo em Movimento do Distrito Federal**, currículo oficial da rede pública de ensino, absorve alguns princípios da educação integral: integralidade, intersetorização, transversalidade, diálogo escola-comunidade, territorialidade, trabalho em rede e convivência escolar negociada. Busca-se uma formação integral dos estudantes, com a devida atenção às dimensões humanas, em um esforço com diversos setores da sociedade que podem contribuir com a educação básica. Busca-se, ainda, constituir um currículo mais reflexivo e menos normativo e prescritivo, com saberes mobilizados pela interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, construído em diálogo da escola com a comunidade. Rompe-se a lógica formal da educação restrita aos muros escolares e entende-se a necessidade de compreender a territorialidade dos estudantes. Trabalho que somente se concretiza em uma rede de interação.



Dessa forma, tem-se como meta a construção no espaço escolar de um currículo integrado por meio da indissociabilidade entre teoria e prática, pela interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade. São esses princípios que podem fazer a integração entre as áreas do conhecimento e contribuir para uma aprendizagem menos fragmentada no espaço escolar. O Currículo em Movimento tem como eixos transversais: a Educação para a diversidade; cidadania e em e para os Direitos Humanos; e a Educação para a Sustentabilidade. Resumidamente, esses pressupostos somente fazem sentido no espaço escolar se são colocados a serviço da justiça social, da democratização do conhecimento, da emancipação e da humanização dos seres humanos e, também, da resolução de problemas e da transformação social.

Destaca-se que *Ceilândia, minha quebrada é maior que o mundo* foi construída sobre a égide dos pressupostos teóricos do currículo, questão que implica em grande desafio para os professores e estudantes que pretendem trabalhar com esse material em todas etapas e modalidades: o de mobilizar esses pressupostos na construção do processo de ensino-aprendizagem de objetivos e conteúdos específicos. Por exemplo, no 4° ano do Ensino Fundamental, em que se trabalham a Geografia, a História e as Artes no Distrito Federal, logo, conteúdos relacionados diretamente à escala local e vivida pelos estudantes, mas também, na construção de conhecimento de diversos saberes curriculares.

Trabalha-se, portanto, com objetivo de garantir as aprendizagens que estabelecem relação direta com o livro, mas também na lógica lato sensu no sentido de permitir que esse material didático potencialize nas escolas de Ceilândia a construção de diversos outros saberes curriculares por meio da contextualização, interdisciplinaridade e flexibilidade. Ao considerar o **Currículo em Movimento do Distrito Federal** como documento orientador do trabalho pedagógico, articulado com a Educação Patrimonial, pretende-se reforçar que todos os processos de ensino e aprendizagem devem estar fundamentados nos aspectos socioculturais.

Esse documento curricular, em sua trajetória temporal e espacial, garante aprendizagens de grande relevância para que os estudantes se apropriem e valorizem o contexto social, cultural, político, econômico, histórico e geográfico do Distrito Federal. Nesse aspecto, quanto à escala da escola, da comunidade, das Regiões Administrativas e do Distrito Federal, é recorrente em seus objetivos e conteúdos a menção dos seguintes termos: processo de ocupação e transformação do meio ambiente, espaços de memória, cultura, lazer, turismo e patrimônio, artistas locais, obras de arte, produções visuais, dança, teatro, música, monumentos, diversidade e pluralidade cultural, linguagens, identidade, brincadeiras e jogos populares, tradições religiosas e culturais, resistências, produções individuais e coletivas, símbolos, sistema administrativo, população, campo e cidade, cidadania, biodiversidade, atividades econômicas, qualidade de vida, sustentabilidade, imagens cotidianas, entre outros. Todos temas cuja finalidade é despertar o sentimento de pertencimento e a apropriação do patrimônio cultural e ambiental dos estudantes a essas localidades.

O Currículo apresenta diferentes possibilidades de abordagens sobre patrimônio — material, imaterial, cultural, artístico, literário, ambiental e genético. De escalas que vão desde o lugar vivido do estudante (no caso do livro: Ceilândia) ao Brasil e as suas regiões, bem como o mundo em uma noção global de humanidade. Aborda ainda, em relação ao Brasil, as questões sociais e étnico-raciais, destacando as contribuições da matrizes indígenas, africanas e europeias na construção da compreensão em torno do patrimônio.

Por essas e outras razões, defende-se o Currículo em Movimento do Distrito Federal como um patrimônio cultural dos professores e estudantes da rede pública de ensino, por resguardar e garantir a aprendizagens de saberes essenciais para a sobrevivência, a identidade, a memória e o pertencimento dos sujeitos aos lugares como a sua casa, a rua, o seu bairro, a sua região, no caso específico aqui tratado a Região Administrativa IX Ceilândia e a recentemente criada Região Administrativa XXXII Sol Nascente/Pôr do Sol, além também do Distrito Federal.

Apropriado dessas proposituras e da Política de Educação Patrimonial das SEEDF, sugere-se ao professor em suas intervenções pedagógicas:

- Identificar, conhecer, inventariar e valorizar o patrimônio
- Analisar mudanças e permanências
- Despertar nos estudantes o sentimento de pertencimento e apropriação
- Favorecer o enriquecimento de vocabulário e repertório cultural
- Respeitar e preservar as diferentes culturas e manifestações culturais
- Promover a preservação e a conservação do patrimônio
- Problematizar razões culturais, sociais e políticas, despertando o senso críticos dos estudantes contra as formas de discriminação que cercam as questões patrimoniais.

Acredita-se que a Educação Patrimonial é um instrumento importante para valorizar e resgatar as peculiaridades históricas e culturais da comunidade escolar e pode constituir uma ação pedagógica estratégica para combater a evasão, a defasagem escolar, bem como, para promover a cultura de paz nas unidades escolares. Nesse aspecto, diante do contexto histórico e geográfico peculiar e diverso que caracteriza o Distrito Federal, no qual grandes disparidades socioeconômicas contribuem, sobretudo, no imaginário e no sentimento de pertencimento das populações, cabe à Educação Patrimonial corroborar para a construção da noção de bem comum, em outros espaços e tempos, além do Plano Piloto.

Alguns materiais que podem ser úteis:

Artigo *A caixa patrimonial: Um projeto de Educação Patrimonial para escolas do Distrito Federal*, de Cláudia da Conceição Garcia et al. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 100-112, mar. 2020. ISSN 2359-2494. Disponível em: (http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/793). Acesso em: 28 abr. 2020.

Artigo *Educação Patrimonial: Perspectivas e ações no âmbito das Políticas Públicas da Secretaria de Educação do Distrito Federal*, de Rodrigo Capelle Suess e Raquel Sá Rodrigues de Souza... **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 88-99, mar. 2020. ISSN 2359-2494. Disponível em: (http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/805). Acesso em: 28 abr. 2020.

Artigo *Formas de proteção do patrimônio cultural do Distrito Federal*, de Rayen Cristina Chagas. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 121-127, mar. 2020. ISSN 2359-2494. Disponível em: (http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/773). Acesso em: 28 abr. 2020.

Artigo *Patrimônios e pertencimentos: A Educação Patrimonial como instrumento de democratização cultural*, de Karolline Pacheco Santos..SANTOS, Karolline Pacheco. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 22-27, mar. 2020. ISSN 2359-2494. Disponível em: (http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/790). Acesso em: 28 abr. 2020.

Artigo *Projeto Territórios Culturais: Educação Patrimonial e Museal no Distrito Federal*, de Vanessa Nascimento Freitas e Luís Fernando Celestino da Costa. FREITAS, Vanessa Nascimento; COSTA, Luís Fernando Celestino da.. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 36-44, mar. 2020. ISSN 2359-2494. Disponível em: (http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/791). Acesso em: 28 abr. 2020.

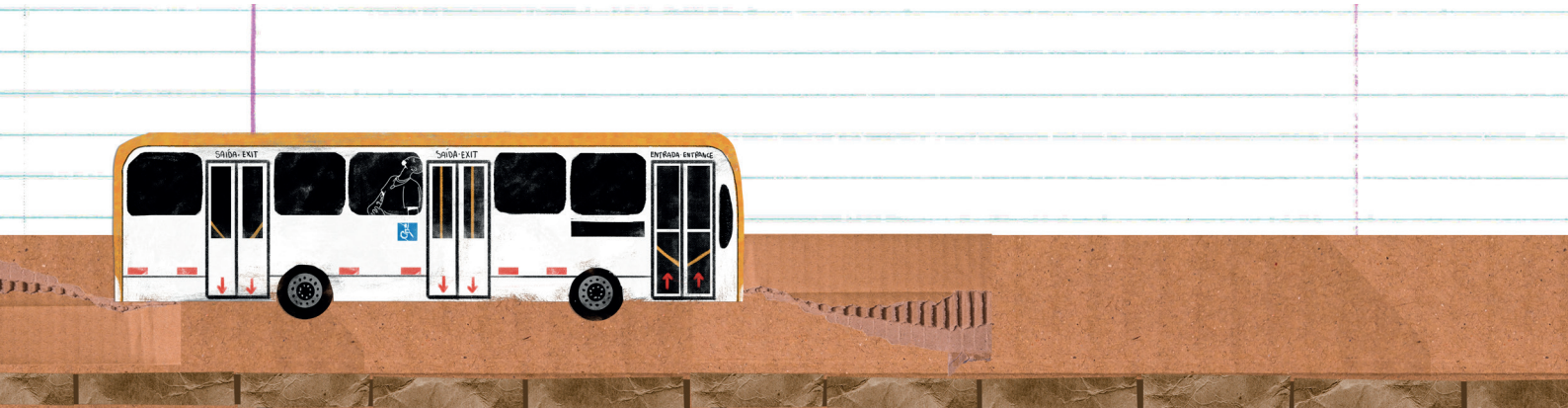
Artigo *O Ensino de História e Geografia no DF: Percalços e Percursos de uma única história chamada Brasília*, de Cristina Maria Costa Leite e Renísia Cristina Garcia Filice. Revista História e Diversidade, v. 6, n. 1, p. 64-76, 2015.

Atlas Escolar Geográfico, Histórico e Cultural do Distrito Federal, de Míriam Aparecida Bueno, Vânia Lucia Costa e Cristina Maria Costa Leite. Brasília: C&A Alfa Comunicação, 2019.

Portaria Nº 265, de 16 de agosto de 2016. Institui a Política de Educação Patrimonial da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Brasília: DODF,2016.

Currículo em movimento do Distrito Federal: Ensino Fundamental — anos iniciais e anos finais. Brasília: SEEDF, 2018.

Livro *Currículo, Território em Disputa*, de Miguel Arroyo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.



Formação coletiva de conceitos
(atividade sugerida)

Descrição

Pedir para que os participantes pensem no que cada um entende pelo tema/conceito apresentado. Logo após, cada participante deverá escrever, individualmente, em tarjetas de 25cm x 10 cm o que pensou. Em seguida, os participantes são agrupados em pares e, juntos, vão negociar e tentar juntar as duas definições em uma só, fazendo acordos, observando o que cada um colocou e incorporando todas as ideias presentes no que cada um escreveu. As tarjetas usadas para essa etapa são as de ¼ de cartolina. A etapa seguinte segue a mesma lógica. Só que, em vez de dois, quatro participantes se juntarão para unirem suas definições em uma só. Aqui serão utilizadas as tarjetas de ½ cartolina. O grupo escreve na tarjeta a definição condensada entre os quatro participantes. Depois, em um mural, colocar todo o processo construído. As definições individuais, as definições em dupla e as definições em quarteto. Cada grupo de 4 apresentará a definição e contará como foi o processo ao restante. É interessante, se houver tempo, o mediador tentar identificar os elementos comuns das definições e construir um conceito comum da turma toda.

No final do processo, cada participante receberá uma definição do conceito dita como oficial (como um artigo, uma lei), alguém lê em voz alta e a tarefa é a de que cada grupo de 4 compare o que escreveu com esta definição e, na frente de sua definição, aponte o que está semelhante e o que faz falta no conceito do grupo. Também é interessante fazer essa comparação com o conceito do grupo todo.

Quando usar

Quando se pretende discutir temas a partir de visões e opiniões diversas, de modo a construir conceitos de forma horizontal e coletiva. No contexto do livro *Ceilândia, minha quebrada é maior que o mundo*, podem ser trabalhados conceitos como patrimônio cultural, pertencimento, memória, preservação, etc.

Recursos

Para grupo de 30 pessoas:

- 16 tarjetas de cartolina (½ de cartolina);
- 15 tarjetas de cartolina (¼ de cartolina);
- 30 tarjetas de cartolina (25 cm x 10 cm);
- Canetas para todos;
- Fita adesiva.

Tempo

30-60 minutos.

Cartografia Afetiva/Social

(atividade sugerida)

Descrição

Com toda a turma ou em grupos menores, apresentar a proposta de construir um mapa coletivo. Deixar claro que a ideia é trabalhar referências comuns, e não tentar reproduzir um mapa técnico. Ao final, pedir ao grupo que apresente o resultado do trabalho, explicando as razões pelas quais determinados pontos e lugares foram marcados.

O mapa presente no encarte do livro *Ceilândia, minha quebrada é maior que o mundo* pode ser usado como referência para explicar a atividade.

Ao final deste caderno, estão disponíveis um mapa simplificado com o perímetro de Ceilândia (Anexo 1) e um mapa simplificado da mancha urbana de Ceilândia (Anexo 2)*, que podem auxiliar os trabalhos em sala.



Quando usar

A cartografia afetiva/social é um procedimento metodológico participativo que visa a construção de mapas levando em consideração as múltiplas dimensões, coletiva e participativa, necessárias para a produção do conhecimento presente no território. É um tipo de atividade que propicia o empoderamento do conhecimento territorial por parte dos participantes, além de levantar percepções únicas apresentando as necessidades e potencialidades do território representado.

Recursos

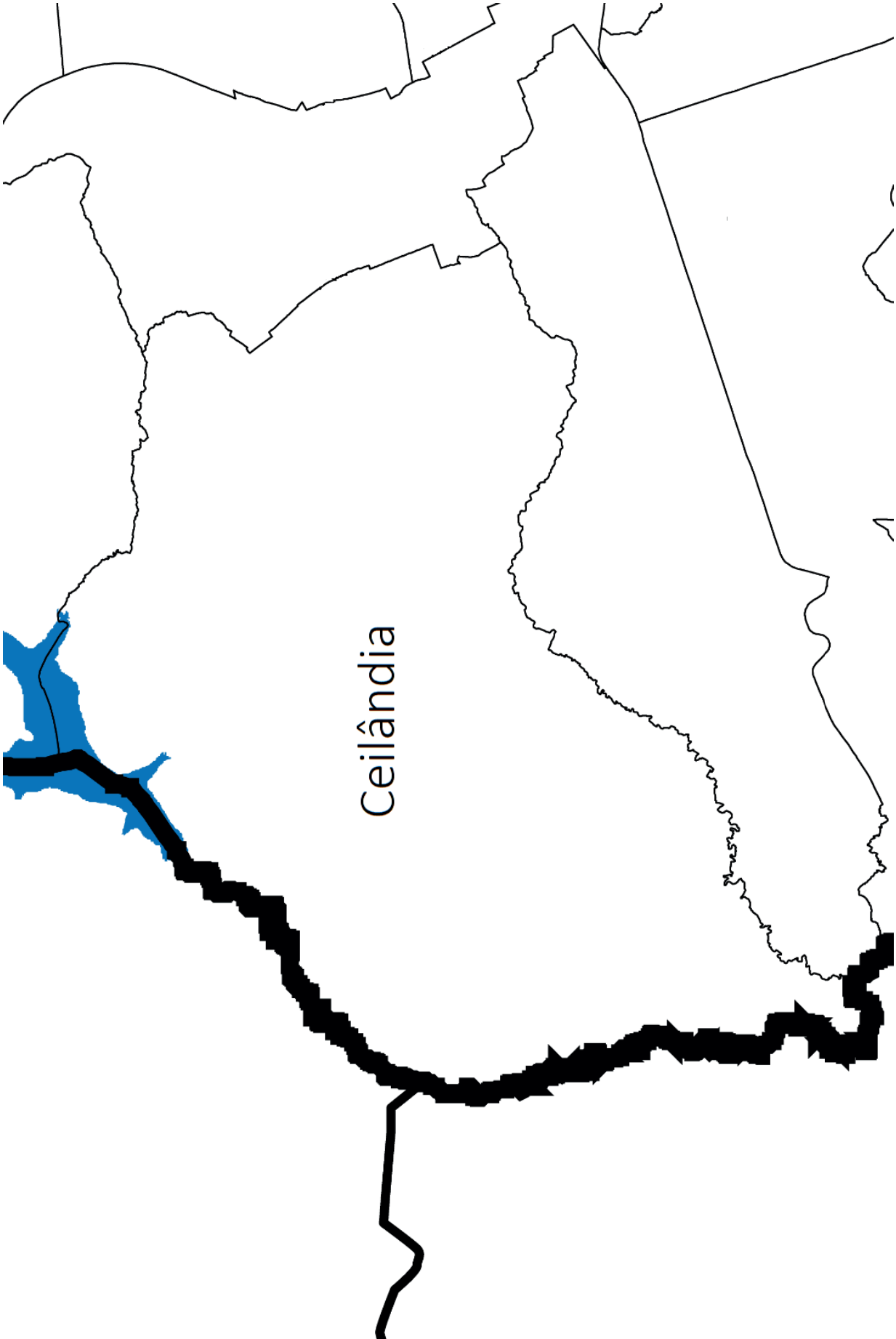
→ Cartolinas, com marcação do perímetro do local a ser cartografado;
→ Canetas e lápis de cor para todos.

Tempo

A ser definido pelo grupo.

* Anexo 2: Mapa desenvolvido por Daniel Bruno Vieira de Melo, 2020.

Anexo 1: Mapa Simplificado do Perímetro de Ceilândia



Anexo 2: Mapa Simplificado da Mancha Urbana de Ceilândia



Este caderno de apoio foi composto com as famílias das fontes Livvic, corpo 11, entrelinha 17;
e Sedgwick Ave Display, corpo 22, entrelinha 19.
Publicação digital.

Apoio

RUAS

JOVEM DE EXPRESSÃO

TCB
TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA

Realização

Secretaria de Educação
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

IPHAN
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA
MINISTÉRIO DO TURISMO
GOVERNO FEDERAL



Edições IPHAN